



# GUIA PRÁTICO DA REFORMA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA

Um guia prático para entender o que muda a partir  
de 2026 – sem juridiquês

**DANIEL BERGAMIN**  
CONTADOR TRIBUTÁRIO

### Introdução

Este material tem como objetivo apresentar as principais mudanças promovidas pela Reforma Tributária aprovada no Brasil por meio da Lei Complementar 214/2025, Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada pelos Projetos de Lei Complementar nº 68/2024 e nº 108/2024.

### Período de Transição

A Reforma Tributária prevê um período de transição que se inicia em 2026 e vai até 2032. Durante este intervalo, os tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI) serão gradualmente substituídos por novos tributos: CBS (federal), IBS (estadual e municipal) e IS (imposto seletivo).

Transição da CBS:

- 2026: CBS entra em vigor com alíquota teste de 0,9%
- 2027: Substituição de PIS/COFINS por CBS

Transição do IBS:

- 2026-2028: IBS com alíquota teste de 0,1% (dividida entre estados e municípios)
- 2029 a 2032: Redução progressiva de ICMS/ISS
- 2033: Extinção total de ICMS e ISS

### Redução gradual do ICMS/ISS x IBS

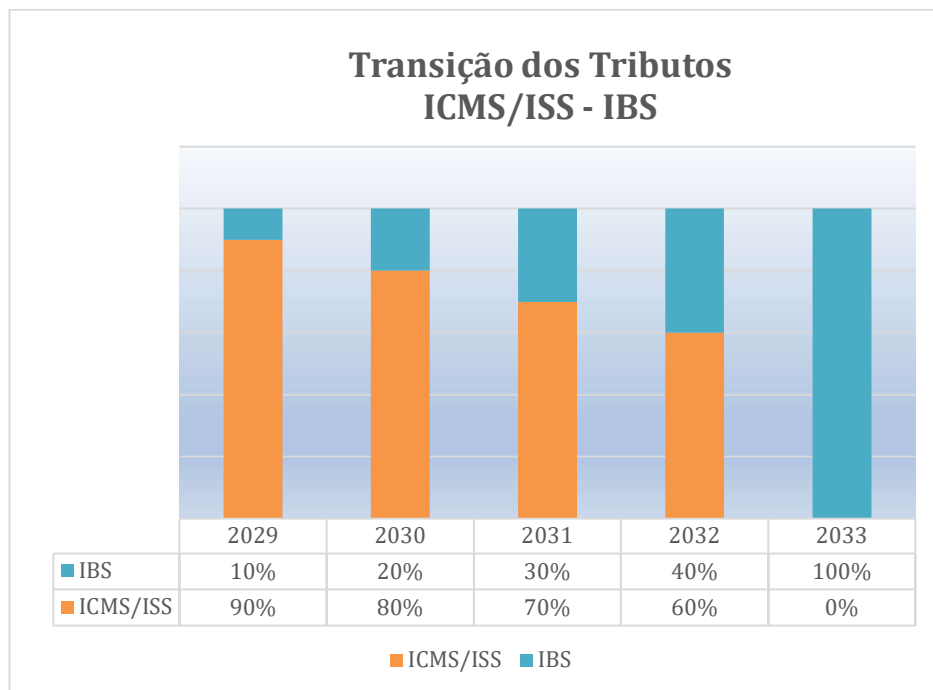
A redução gradual do ICMS e do ISS com a Reforma Tributária seguirá uma transição longa e planejada entre 2029 e 2032, conforme definido pela Emenda Constitucional nº 132/2023. O objetivo é substituir esses tributos pelo novo IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), que será compartilhado por estados e municípios.

2027 e 2028: IBS com alíquota progressivamente ajustada (em paralelo aos tributos atuais)

2029 a 2032 – Transição efetiva - A cada ano, parte da arrecadação do ICMS e ISS será substituída pelo IBS.

Os contribuintes pagarão menos ICMS e ISS e mais IBS, **sem aumento da carga total**.

Ano	% da alíquota de ICMS/ISS mantida	% da alíquota de IBS aplicável
2029	90%	10%
2030	80%	20%
2031	70%	30%
2032	60%	40%
2033	0% (extintos ICMS e ISS)	100% do IBS



### Novos Tributos: CBS, IBS e IS

A base da reforma é o modelo IVA dual, composto pelos tributos CBS (federal) e IBS (estadual/municipal), além do IS – Imposto Seletivo, de caráter regulatório.

**CBS – Contribuição sobre Bens e Serviços:**

- Substitui PIS, COFINS e IPI
- Competência da União
- Estimada em 8,8%

**IBS – Imposto sobre Bens e Serviços:**

- Substitui ICMS e ISS
- Competência compartilhada entre estados e municípios
- Estimado em 17,7%

**IS – Imposto Seletivo:**

- Incide sobre produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente
- Substitui parcialmente o IPI
- Incidirá uma única vez (semelhante ao monofásico)
- De competência federal

## Alíquotas

As alíquotas estimadas pelo Ministério da Fazenda indicam uma carga de aproximadamente 26,5% no total, mantendo a carga tributária global enquanto busca-se maior transparência e simplificação.

## Regimes Diferenciados e Alíquotas Reduzidas

A Reforma Tributária prevê regimes específicos, diferenciados e favorecidos para determinados setores econômicos, com o objetivo de preservar atividades essenciais, reduzir desigualdades e incentivar segmentos estratégicos.

Setores com Alíquota Reduzida (30% a 60%):

- Serviços de saúde e educação
- Profissionais liberais (advogados, médicos, contadores, etc.)
- Transporte público coletivo
- Produtos da cesta básica (alíquota zero)
- Medicamentos específicos

Além disso, há previsão de regimes específicos para zonas de processamento de exportação, cooperativas, entidades sem fins lucrativos, microempresários (até R\$ 40,5 mil/ano), e para aquisições governamentais.

### • REDUÇÃO EM 30% DAS ALÍQUOTAS DO IBS E DA CBS

- Ficam **reduzidas em 30%** as alíquotas do IBS e da CBS incidentes sobre a prestação de serviços das seguintes profissões intelectuais de natureza científica, literária ou artística, submetidas à fiscalização por conselho profissional (**art. 116, PLC n.68/24**):

I - administradores;	V - bibliotecários;	IX - economistas domésticos;	XIII médicos veterinários e zootecnistas	XVII - técnicos industriais
II - advogados;	VI - biólogos;	X - profissionais de educação física;	XIV - museólogos;	XVIII - técnicos agrícolas.
III - arquitetos e urbanistas;	VII - contabilistas;	XI - engenheiros e agrônomos;	XV - químicos;	
IV - assistentes sociais;	VIII - economistas;	XII - estatísticos;	XVI - profissionais relações públicas	



• **REDUÇÃO EM 60% DAS ALÍQUOTAS DO IBS E DA CBS**

- Ficam **reduzidas em 60%** as alíquotas do IBS e da CBS incidentes sobre operações com os seguintes bens e serviços **(art.117,PLC n.68/24)**:

I - serviços de educação; -listado no Anexo II -Art. 118 .	V - medicamentos; -listado nos Anexos VI e VII Art. 122	IX - produtos agropecuários, aquícolas, pesqueiros, florestais e extrativistas vegetais in natura; - Art. 126.	XIII - atividades desportivas; -listado no Art. 130.
II - serviços de saúde; -listado no Anexo III -Art. 119.	VI - produtos de cuidados básicos à saúde menstrual; -listado no Art. 123.	X - insumos agropecuários e aquícolas; -listado no Anexo X -Art. 127.	XIV - bens e serviços relacionados a soberania e segurança nacional, segurança da informação e segurança cibernética. -listado no Anexo XII -Art. 131.
III - dispositivos médicos; -listado no Anexo IV -Art. 120.	VII - alimentos destinados ao consumo humano; -listado no Anexo VIII -Art. 124.	XI-produção nacional artística, cultural, evento, jornalística e audiovisual; -listado no Anexo XI -Art. 128.	-reabilitação urbana de zonas históricas e de áreas críticas de recuperação -Art.147.
IV - dispositivos de acessibilidade próprios p/ pessoas c/ deficiência; -listado no Anexo V -Art. 121.	VIII - produtos de higiene pessoal e limpeza consumidos por famílias de baixa renda; -listado no Anexo IX -Art. 125.	XII - comunicação institucional; -listado no Art. 129.	

• **REDUÇÃO ZERO DAS ALÍQUOTAS DO IBS E DA CBS**

- **(art.132,PLC n.68/24)**:

I - dispositivos médicos; -listado no Anexo IV e XIII - Art.133 .	III - medicamentos; -listado no Anexo VI e XV -Art.135	V - produtos hortícolas, frutas e ovos; listado no Anexo XVI -Art. 137	VII - automóveis de passageiros adquiridos por motoristas profissionais que destinem o automóvel à utilização na categoria de aluguel (táxi); - Regras no Art.138
II - dispositivos de acessibilidade para pessoas com deficiência. -listado no Anexo V e XIV - Art.134	IV - produtos de cuidados básicos à saúde menstrual; -Art. 136	VI - automóveis de passageiros adquiridos por pessoas com deficiência ou com transtorno do espectro autista; - Regras no Art.138	VIII - serviços prestados por Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação - ICT sem fins lucrativos. - Regras no Art.145.

• **ISENTA DAS ALÍQUOTAS DO IBS E DA CBS**

- Fica **ISENTA do IBS e da CBS** a prestação de serviços de **Transporte Público Coletivo De Passageiros Rodoviário e Metroviário de Caráter Urbano, Semiurbano eMetropolitano, sob Regime de Autorização, Permissão ou Concessão Pública.** (art.146).

## Regime de Apuração e Crédito - Não Cumulatividade

A apuração do IBS e da CBS se dará pelo regime de não cumulatividade, ou seja, será permitido o abatimento dos créditos sobre aquisições anteriores. A base de cálculo dos tributos é o valor total da operação, e o período de apuração será mensal.

Aspectos relevantes:

- Crédito integral sobre bens e serviços utilizados na atividade econômica
- Manutenção do crédito mesmo em casos de alíquota zero (exceto isenção ou imunidade)
- Permissão de ressarcimento de créditos acumulados

## Cobrança do Imposto: Split Payment e Plataformas Digitais

Um dos mecanismos mais inovadores da reforma é o modelo de cobrança automática, chamado Split Payment. Nesse modelo, o valor do imposto é recolhido no momento do pagamento da operação, separando automaticamente o valor devido ao fisco e o valor líquido ao fornecedor.

Características do Split Payment:

- Aplicação automática via sistema bancário
- Redução da inadimplência fiscal
- Crédito automático para o adquirente
- Possível período de teste para 2026 e full implantação para 2027.

Além disso, plataformas digitais passam a ser responsáveis pelo recolhimento do imposto em operações intermediadas por elas, especialmente em casos de fornecedores estrangeiros ou não inscritos.

Vídeo explicativo indicado por Auditor da RFB:

<https://www.youtube.com/watch?v=vfnagsKJYY>

### Resumindo:

Quando uma empresa recebe um pagamento, os valores do IBS e da CBS serão automaticamente separados e enviados diretamente ao fisco.

**Fornecedor?** Recebe apenas o valor líquido — ou seja, o valor da nota menos os tributos.

**Comprador?** Garante o crédito da operação no momento do pagamento.

Por mais simples que pareça, exige uma revolução tecnológica e integração entre sistemas de bancários/pagamento x fiscais.

Existem 03 modalidades de Split Payment, sendo:

- **Super Inteligente (online)**

Verifica créditos e débitos em tempo real.

Separa apenas o valor que realmente deve ser recolhido.

- **Inteligente (offline)**

Utiliza os valores destacados no documento fiscal.

Não faz leitura da apuração assistida.

- **Simplificado**

Aplica uma alíquota fixa.

Ideal para operações em grande volume.

É opcional, e o fisco realiza os ajustes posteriormente, já que não há separação exata do valor real do tributo.

## **Imunidades Tributárias na Reforma**

A Reforma Tributária preserva e amplia as imunidades fiscais para determinadas operações e entidades, garantindo tratamento favorecido a setores essenciais e de interesse público.

São imunes da CBS e IBS:

- Exportações de bens e serviços
- Operações realizadas pelos entes federativos (União, Estados, DF, Municípios)
- Entidades religiosas, partidos políticos e sindicatos
- Instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos
- Operações com livros, jornais, periódicos e papel destinado à impressão
- Radiodifusão gratuita, fonogramas e videofonogramas musicais nacionais

Importante: mesmo com imunidade, essas entidades devem cumprir obrigações acessórias, como a emissão de documentos fiscais eletrônicos e declarações previstas na legislação.

## **Retenções de PIS/COFINS – CBS/IBS**

O artigo 509 da Lei Complementar nº 214/2025 promoveu alterações significativas na Lei nº 10.833/2003, que trata das retenções na fonte. Entre as mudanças, destaca-se a exclusão da obrigatoriedade de retenção das contribuições ao PIS/Pasep e à Cofins.

Com isso, permanece apenas a exigência de retenção da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido).

Além disso, os novos tributos criados pela Reforma – a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) – não terão retenção na fonte, em razão da nova sistemática de apuração e recolhimento estabelecida.

### **A partir de quando as novas regras passam a valer?**

A partir de 1º de janeiro de 2027, as retenções na fonte incidirão exclusivamente sobre a CSLL.

## **E quanto ao IRRF?**

As regras relativas ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) permanecem inalteradas, pois não houve modificações na legislação do imposto de renda.

## **Substituição Tributária**

A substituição tributária (ST) é um mecanismo pelo qual um contribuinte antecipa o recolhimento do ICMS devido por outros integrantes da cadeia de circulação de mercadorias.

Com a Reforma Tributária, a ST do ICMS será extinta com a implementação plena do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

O novo tributo terá incidência no destino (local do consumo), será não cumulativo e permitirá o aproveitamento integral de créditos financeiros. Essas características eliminam a necessidade de mecanismos como a substituição tributária para prevenir a sonegação ou antecipar a arrecadação.

O IBS será recolhido em cada etapa da cadeia de comercialização, dispensando o recolhimento do imposto por um único contribuinte em nome dos demais.

OBS: É conhecido que alguns Estados não estão a favor do fim do ICMS ST, é necessário aguardar mais informações.

## **Tratamento das Exportações**

As exportações de bens e serviços são imunes à incidência do IBS e da CBS, conforme previsto no art. 8º do PLC n. 68/2024 e no art. 149-B da EC nº 132/2023. Essa medida mantém a competitividade do produto nacional no mercado externo.

Destaques:

- Imunidade não anula o direito ao crédito dos tributos pagos nas etapas anteriores
- Possibilidade de ressarcimento dos créditos acumulados
- Suspensão da tributação para fornecimentos com fim específico de exportação

## **Tratamento das Importações**

A reforma também abrange a tributação de bens e serviços importados. A CBS e o IBS incidem sobre todas as importações, realizadas por pessoas físicas ou jurídicas, independentemente do registro como contribuinte.

Aspectos principais:

- Incidência de IBS e CBS no momento do despacho aduaneiro
- Regime de não cumulatividade permite crédito do imposto na importação



- Aplicação das mesmas alíquotas dos bens e serviços nacionais
- Suspensão prevista em regimes aduaneiros especiais (ex: trânsito, depósito, drawback, Repetro)

## **Impactos da Reforma sobre os Regimes Tributários**

A Reforma Tributária altera significativamente a forma de apuração dos tributos sobre o consumo, mas mantém inalterados os tributos sobre a renda, como o IRPJ e a CSLL. Por isso, entender as consequências da CBS e do IBS em cada regime é essencial para decisões estratégicas empresariais.

## **Regimes Tributários**

### **Simples Nacional**

Empresas optantes pelo Simples Nacional continuarão recolhendo os tributos de forma unificada, com inclusão da CBS e do IBS na guia única. Existe, porém, a possibilidade de opção pelo regime regular de apuração, com recolhimento separado desses tributos, o que pode ser vantajoso dependendo da atividade econômica e da estrutura de créditos.

- - Inclusão da CBS e do IBS na guia única do Simples
- - Possibilidade de migração opcional para regime regular com recolhimento separado
- - Tratamento favorecido mantido para MEIs e microempresas

### **Lucro Presumido e Lucro Real**

Empresas no Lucro Presumido e Lucro Real passarão automaticamente a recolher CBS e IBS de forma separada, pelo regime regular. Ambos utilizam o modelo de não cumulatividade, permitindo crédito amplo sobre aquisições. No entanto, é fundamental considerar que o IRPJ e a CSLL não sofreram alterações com a reforma. Assim, a estratégia nesses regimes passa obrigatoriamente pela análise do impacto da apuração desses tributos, especialmente no comparativo entre margens presumidas e efetivas de lucratividade.

Destaques:

- Substituição dos tributos sobre consumo por CBS e IBS
- Crédito fiscal integral sobre insumos e serviços utilizados na atividade
- Manutenção das regras atuais de IRPJ e CSLL, exigindo planejamento complementar

## Planejamento Tributário Estratégico no Pós-Reforma

Embora a Reforma Tributária traga grandes mudanças nos tributos sobre o consumo (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI), **o IRPJ, a CSLL e a CPP permanecem regidos pelas normas atuais**, o que mantém a relevância do **planejamento tributário** na definição do melhor regime de tributação.

### Simple Nacional (Forma Atual)

- **IRPJ/CSLL:** Estão embutidos na guia única do DAS, com base na receita bruta e alíquotas progressivas.
- **CPP:** Incluído no DAS, com percentuais reduzidos para a maioria dos setores (exceto Anexo IV).
- **Ponto de atenção:** Apesar da simplicidade, pode ser desvantajoso para empresas com margem alta ou folha baixa, pois não há dedutibilidade de despesas nem compensação de créditos.

### Simple Nacional com opção por IBS/CBS no regime regular

- **Tributos sobre consumo:** CBS e IBS serão apurados à parte, no modelo não cumulativo, com direito a créditos.
- **IRPJ/CSLL:** Permanecem no DAS (forma presumida).
- **CPP:** Também permanece no DAS.
- **Vantagem estratégica:** Pode ser interessante para prestadoras de serviço com muitos insumos ou custos recuperáveis, ou para quem opera com margens apertadas, aproveitando os créditos de IBS/CBS.

### Lucro Presumido

- **IRPJ/CSLL:** Calculado com base em percentuais fixos sobre a receita (8% para comércio, 32% para serviços, etc.). Vantajoso para empresas com margens efetivas acima da presunção.
- **CPP:** Recolhido à parte sobre a **folha de salários** à alíquota de **20%** + terceiros + RAT.
- **Alerta:** Pode ser oneroso para empresas com folha pesada ou margens elevadas.

### Lucro Real

- **IRPJ/CSLL:** Apurados sobre o lucro contábil ajustado. Ideal para empresas com margens pequenas, prejuízos fiscais ou muitos custos operacionais dedutíveis.

- **CPP:** Também é recolhida sobre a folha, tal como no Lucro Presumido.
  - **Complexidade:** Requer maior controle contábil e fiscal, mas permite melhor adequação à realidade econômica da empresa.
- 

## Critérios-Chave para Escolha do Regime

Ao escolher o regime ideal para sua empresa no contexto da reforma, deve-se considerar:

1. **Forma de Apuração do IRPJ e da CSLL**
  - Empresas com margens baixas tendem a se beneficiar mais do Lucro Real.
  - Margens acima da presunção favorecem o Lucro Presumido.
  - O Simples, por sua vez, exige análise de faixa de faturamento e alíquota efetiva.
2. **Forma de Recolhimento da CPP**
  - No Simples, a CPP está incluída na guia do DAS com alíquotas mais baixas.
  - No Lucro Presumido e Real, a CPP é calculada **integralmente sobre a folha** (20% + Terceiros + RAT), o que pode onerar empresas com muitos funcionários.
3. **Aproveitamento de Créditos da CBS/IBS**
  - Optar pelo regime regular de IBS/CBS (inclusive no Simples) pode compensar para empresas com muitas despesas tributadas.
4. **Sector de Atuação e Regime Especial**
  - Serviços intelectuais, comércio, indústria, cooperativas e setores com benefícios específicos devem avaliar caso a caso.

## Exemplo de Incidência do IVA por Estapa na Cadeia

**Produto:** Camiseta de algodão

**IVA considerado:** Alíquota total fictícia de 25% (soma de CBS + IBS)

**Etapas:** Produtor de algodão vende para indústria têxtil

- **Preço de venda:** R\$ 100
- **IVA destacado (25%):** R\$ 25
- **Valor total da nota:** R\$ 125

**Indústria têxtil poderá creditar R\$ 25 de IVA** na próxima etapa.

---

**Etapas:** Indústria têxtil vende tecido para confecção de roupas

- **Preço de venda:** R\$ 200

- **IVA destacado (25%):** R\$ 50
- **Valor total da nota:** R\$ 250

**IVA a pagar:** R\$ 50 (débito) – R\$ 25 (crédito) = **R\$ 25**

**Etapas:** Confecção vende camiseta para loja de roupas

- **Preço de venda:** R\$ 300
- **IVA destacado (25%):** R\$ 75
- **Valor total da nota:** R\$ 375

**IVA a pagar:** R\$ 75 – R\$ 50 = **R\$ 25**

**Etapas:** Loja vende a camiseta ao consumidor final

- **Preço de venda:** R\$ 400
- **IVA destacado (25%):** R\$ 100
- **Valor total pago pelo consumidor:** R\$ 500

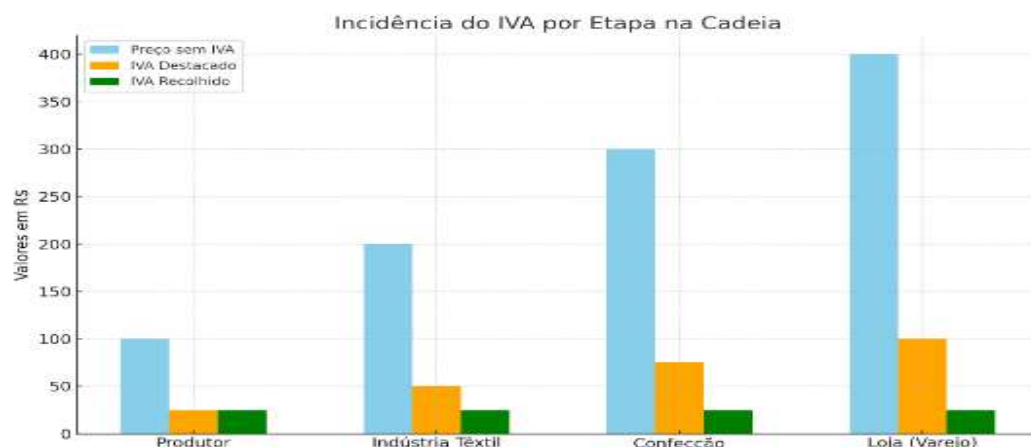
**IVA a pagar:** R\$ 100 – R\$ 75 = **R\$ 25**

**Total arrecadado em toda a cadeia:**

- **R\$ 25 + R\$ 25 + R\$ 25 + R\$ 25 = R\$ 100**
- **Corresponde a 25% sobre o valor final de R\$ 400** (base de cálculo)

**Resumindo:**

<b>Etapas da Cadeia</b>	<b>Preço de Venda (sem IVA)</b>	<b>IVA Destacado (25%)</b>	<b>Valor da Nota Fiscal (com IVA)</b>	<b>Crédito de IVA</b>	<b>Débito de IVA</b>	<b>IVA a Recolher</b>
Produtor de Algodão	R\$ 100,00	R\$ 25,00	R\$ 125,00	-	R\$ 25,00	R\$ 25,00
Indústria Têxtil	R\$ 200,00	R\$ 50,00	R\$ 250,00	R\$ 25,00	R\$ 50,00	R\$ 25,00
Confecção de Roupas	R\$ 300,00	R\$ 75,00	R\$ 375,00	R\$ 50,00	R\$ 75,00	R\$ 25,00
Loja de Roupas (Varejo)	R\$ 400,00	R\$ 100,00	R\$ 500,00	R\$ 75,00	R\$ 100,00	R\$ 25,00



## Nova Obrigação Acessória anunciada - DERE

A Declaração Eletrônica de Regimes Específicos foi divulgada por Robson Lima (Gestor Nacional da Reforma Tributária do Consumo no Serpro) através do webinar “Reforma Tributária sobre Consumo: Thomson Reuters e Serpro”.

Nesta ocasião Robson explicou que essa declaração será aplicada:

“Já fizemos a concepção junto com estados, municípios e Governo Federal. É o primeiro produto que o Serpro vai fazer para os dois entes: Comitê Gestor e Receita Federal. Começamos a construção semana passada e vai acobertar as seguintes linhas de negócios: SAF (Sociedade Anônima do Futebol), Serviços Financeiros, Planos de Assistência à Saúde, Prognósticos, os jogos de azar que estão proliferando no nosso país e Bens Imóveis, sejam eles de venda ou de aluguel”.

## Conclusão

A Reforma Tributária inaugura um novo modelo de tributação sobre o consumo, com grandes impactos operacionais e estratégicos para as empresas. Sua implementação bem-sucedida dependerá da capacidade de adaptação tecnológica, contábil e fiscal por parte dos contribuintes.

A Reforma Tributária representa uma das mudanças mais significativas no sistema tributário brasileiro nas últimas décadas. Com a substituição de cinco tributos por um modelo de IVA dual (CBS e IBS), além da criação do Imposto Seletivo (IS), o Brasil busca alcançar maior simplicidade, transparência, justiça fiscal e eficiência na arrecadação.

O sucesso da implementação dependerá não apenas da atuação dos entes públicos, mas também da preparação técnica de profissionais, empresas e instituições. As fases de transição devem ser encaradas como oportunidades para testes, ajustes e planejamento tributário estratégico.

## **Recomendações Práticas**

1. Realize simulações para estimar os impactos da nova carga tributária em sua atividade.
2. Aproveite o período de transição (2026–2032) para testar modelos operacionais com as alíquotas de teste.
3. Capacite equipes internas sobre o funcionamento do Split Payment e mudanças nas responsabilidades fiscais.
4. Acompanhe os atos normativos e complementares editados pela Receita Federal e pelo Comitê Gestor do IBS.
5. Avalie os regimes especiais e diferenciados que sua empresa pode se enquadrar e atue preventivamente.
6. Acompanhe a tramitação das Leis Complementares e atualizações técnicas da Receita Federal.
7. Mapeie os impactos financeiros e operacionais da substituição de tributos.
8. Avalie a viabilidade de manter-se no regime atual ou migrar para o regime regular do IBS e da CBS.
9. Implemente sistemas capazes de lidar com apuração mensal e split payment.
10. Invista na capacitação da equipe fiscal e contábil.
11. Atualize contratos e precificações para refletir o novo modelo de tributação.
12. Considere o impacto tributário completo, incluindo IRPJ e CSLL, para definir as estratégias.

Daniel Bergamin – Contador Tributário